



## ENTREVISTA

### PROFESSOR DOUTOR ANDRÉ LUIZ REIS DA SILVA (UFRGS)<sup>1</sup>

#### 1. O senhor poderia contar um pouco da sua trajetória acadêmica e profissional?

Eu me graduei em História (1995), concluí o Mestrado em História em 1999 e o doutorado em Ciência Política em 2008, todos pela UFRGS. Também fiz um curso de especialização em processos de integração na Universidade de Leiden/Holanda, em 1999. Até realizar meu concurso na UFRGS para professor Adjunto, em 2008, lecionei na graduação e pós-graduação das Faculdades Porto-Alegrenses, fui assessor de cooperação internacional no governo do Estado do Rio Grande do Sul e havia sido professor substituto de Relações Internacionais na UFRGS (2006-2007). Enfim, atualmente leciono na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de bacharelado em Relações Internacionais e nos cursos de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e de Ciência Política. Agora, em 2013, estou fazendo um estágio de pós doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS), da Universidade de Londres, com Bolsa da CAPES.

#### 2. Como surgiu seu interesse pelo estudo das relações internacionais e pela temática da política externa brasileira?

Comecei a me interessar por relações internacionais em 1993, quando fiz um curso de extensão chamado "A nova ordem mundial", ministrado pelo professor Paulo Vizenini. Na mesma época, fiz uma disciplina optativa sobre África Contemporânea, ministrada pelo professor Luiz Dario Ribeiro. Essas duas experiências me abriram um mundo de interesse e possibilidades de estudo e pesquisa. Era uma época em que nossas principais preocupações giravam em torno das perspectivas abertas com o fim da Guerra Fria, com a aceleração do processo de democratização e abertura econômica, e com a globalização. A partir de então, passei a me dedicar a estudar as relações internacionais e política externa brasileira, como foco na diplomacia, nos processos de integração e na relação entre o desenvolvimento e a inserção internacional dos países. Minha dissertação de Mestrado analisou

1 Doutor em Ciência Política (2008), Mestre em História (1999), Bacharel (1999) e Licenciado em História (1995) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui curso de Especialização em Processos de Integração pela Universidade de Leiden/Holanda (1999). É Professor Adjunto no Curso de Graduação em Relações Internacionais da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS) e Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais da UFRGS e Editor da Revista Conjuntura Austral (ISSN 2178-8839). Pesquisa Relações Internacionais e Política Externa Brasileira.



a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967), no curso de especialização eu analisei o processo de negociação da ALCA e, finalmente, no doutorado, pesquisei a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Atualmente, estou finalizando uma pesquisa sobre a política externa do Governo Lula e desenvolvendo outra, sobre a relação do Brasil com os países emergentes.

### **3. Como a política externa brasileira contribuiu para a formação do Mercosul? Quais foram os momentos cruciais para a implantação do bloco e qual é a sua leitura do atual momento?**

O mercosul é um dos grandes projetos de Estado do Brasil, maturado desde os anos 1980. Desde a sua criação, mesmo passando por dificuldades, algumas ainda persistentes (como a questão das assimetrias, diferenças na concepção do bloco), o Mercosul alcançou muitos êxitos, como a criação de uma zona de paz e cooperação no Cone Sul; a ampliação do comércio intrazonal e o fortalecimento da ideia de América do Sul. O Mercosul, que está fazendo 20 anos agora em 2011, já passou por várias fases, avanços e dificuldades. As principais referências são a aproximação Brasil-Argentina dos anos 1980, que culminou com a inclusão do Paraguai e Uruguai neste projeto. Depois, o próprio lançamento do Mercosul, em 1991. Embora em um contexto neoliberal (que via o Mercosul como uma via rápida para a abertura econômica), o Mercosul serviu como um ponto de resistência à proposta americana de integração das Américas (ALCA). A principal crise foi a de 1999, com os argentinos decretando o “fim do Mercosul”. Entretanto, ele foi relançado com uma nova perspectiva, de servir como base para um ousado projeto de integração da América do Sul. Nos últimos anos, além dos membros associados (Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador) tem se avançado com a inclusão como membro da Venezuela (depende ainda da aprovação do Congresso paraguaio), da criação do FOCEM (para tentar diminuir as diferenças estruturais) e a criação de um parlamento.

Em síntese, verifica-se que o Mercosul tem sido, de fato, um contrapeso, e um espaço de concepção realista para a inserção do Brasil no sistema internacional. Para a política externa brasileira, o Mercosul conseguiu articular um espaço regional e com isso logrou o interesse de outros blocos econômicos, configurando um interlocutor respeitado tanto nos fóruns multilaterais quanto nos acordos bilaterais. Tal posição, além das perspectivas de crescimento, foi abrindo possibilidades de cooperação com os mais diversos blocos e países e o estabelecimento de parcerias estratégicas. Dessa forma, o Mercosul constituiu, para a política externa brasileira, um importante ponto de apoio nas negociações da Alca e um pólo de atratividade sobre outros países da América do Sul. Assim, mesmo com uma aparente perda de importância, considero que o Mercosul constitui ainda um espaço estratégico para a diplomacia brasileira, que não pode ser “abandonado”, como desejam alguns, inclusive no Brasil, diante do menor contratempo. Alguns falam que o Mercosul atrapalha o Brasil. É uma verdadeira falácia. O Mercosul potencializa o Brasil.



#### **4. O que diferencia o Mercosul de outros projetos de integração regional, como, ALADI, Comunidade Andina de Nações, o NAFTA, UNASUL e a proposta da ALBA?**

São todos processos de integração, com o objetivo ampliar o fluxo de comércio a capacidade de negociação com outros fóruns ou países. Agora, cada um deles tem sua especificidade, desde contexto de criação, objetivos, atores envolvidos. O NAFTA, por exemplo, acabou subordinando ainda mais a economia mexicana aos EUA, limitando muito a margem de manobra do México. A Comunidade Andina sofreu com o neoliberalismo dos anos 1990 e, principalmente, com as diferenças políticas entre os países.

Mas era necessário articular as duas propostas de integração da América do Sul. De um lado o Mercosul, fundado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. De outro, a Comunidade Andina de Nações, que reúne, desde 1969, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (que permaneceu no bloco até 2006). A articulação dessas duas iniciativas constituíram a espinha dorsal do projeto de integração sul-americana. Além disso, temos a ALBA, com o recorte de países mais críticos ao imperialismo norte-americano, mas que valoriza a Unasul e dela participa.

A política externa brasileira tem como base o Mercosul e vem buscando agora a integração na América do Sul, através da UNASUL. Convém lembrar que existem dois projetos para a Unasul: o da Alternativa Bolivariana das Américas (coordenado pela Venezuela, mais crítico aos EUA) e o do Mercosul. Com a entrada da própria Venezuela no Mercosul, o projeto liderado pelo Brasil ganha mais força e tende a ser o modelo e a base da integração sul-americana. E o Mercosul ampliado também ganha força diante do assédio dos EUA, que vem buscando se acercar dos países da América do Sul através dos Tratados de Livre Comércio, depois do fracasso do projeto ALCA. O caso da Colômbia é um exemplo: depois do acordo anti-drogas, veio um tratado de livre comércio com os EUA e um acordo para a utilização de bases militares do país pelos norte-americanos. Essa presença militar na América do Sul incomoda os países da região e tem um potencial destabilizador. Daí a resposta sul-americana, de construção de um Conselho de Defesa, apontando o crescimento da maturidade política dos países em resolverem seus problemas coletivamente.

#### **5. O Brasil já pode ser considerado o líder da América do Sul?**

Penso que o Brasil, por suas dimensões (territoriais, populacionais, econômicas) e por sua ativa diplomacia não pode se furtar a ter um papel destacado no continente, tanto na promoção da paz e da segurança, como, principalmente, do desenvolvimento.

A política externa brasileira em relação ao entorno regional tem como prioridade a reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira. Tendo a integração sul-americana e o Mercosul definidos como prioridade, ofereceu-se aos vizinhos uma parceria para retomar o crescimento da economia, a efetiva integração física (IIRSA) e uma ação estratégica no plano global para reverter a marginalização da região.



Portanto, a política de regionalização, que tem como ponto de partida a reconstrução do Mercosul, constituiu parte do projeto de desenvolvimento nacional brasileiro. Por meio da busca de complementaridade no continente, o Brasil tem procurado fortalecer-se econômica e politicamente. O grande objetivo do Itamaraty foi mostrar aos países vizinhos que seus interesses nacionais poderiam convergir com os interesses do Brasil na esfera regional, o que mostra a tentativa da diplomacia brasileira buscar lançar uma espécie de liderança no processo de integração. Mas como o Brasil não dispõe de recursos significativos, precisa investir mais no convencimento, no consenso e na articulação. Mas certamente o Brasil tem um compromisso com o financiamento da integração. Tudo isso deve ser feito com muito cuidado, para evitar a “formação de uma frente anti-brasileira”, objeto de preocupação da nossa diplomacia desde o século XIX. Daí que não podemos (como desejam alguns incautos) usar mão pesada ou força desmedida com nossos vizinhos diante do menor contratempo. Uma América do Sul próspera é de interesse de todos os países da região.

## **6. A atuação externa do Brasil tem buscado uma maior inserção em diferentes foros de discussão internacional. Como o senhor avalia a atuação do Brasil nos arranjos multilaterais, como na proposta dos BRICs, IBAS e OMC?**

Há mais de uma década, intelectuais e diplomatas já falavam da necessidade de países como China, Brasil, Índia e Rússia se articularem. Embora pertençam a tradições culturais e políticas distintas, possuem características em comum, como grande extensão territorial, grande população, potencial de crescimento e de desenvolvimento, bem como capacidade de segurança e defesa.

O termo BRIC foi criado por Jim O’Neill, economista do banco de investimentos Goldman Sachs, em 2001, quando publicou um trabalho intitulado “Sonhando com os BRIC: o caminho para 2050”. Neste trabalho, o economista afirmava que Brasil, Rússia, Índia e China, juntos, ultrapassarão, em algumas décadas, o PIB dos países mais ricos do mundo, o conhecido G7. Agora, o conceito de BRIC foi aproveitado pelos países para transformá-lo em mais um fórum de articulação política. De fato, essa vem sendo a estratégia brasileira nos últimos anos: participar de fóruns de grupos de países por interesses específicos.

Nesse sentido, o Itamaraty buscou aumentar a densidade de relações em espaços pouco ocupados pela diplomacia brasileira nos anos 1990, com a aproximação aos países sul-americanos, especialmente os andinos, da África Austral, países árabes e de Índia, China e Rússia. Além disso, a cooperação e aprofundamento de parcerias com esses países permitiram a construção de alianças de “geometria variável” como o G-3 ou IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), G-20 (na OMC) e BRICS (agora com a participação da África do Sul), ou seja, estas alianças potencializam as relações bilaterais do Brasil com países classificados como “parcerias estratégicas”.

Ao reforçar suas alianças com países em desenvolvimento, o Brasil desvencilha-se gradualmente da influência das potências tradicionais, proporcionando uma maior autonomia. No que concerne aos Estados Unidos, esse quadro não é diferente. Na última década, o Itamaraty procurou consolidar o chamado “diálogo estratégico” com os Estados Unidos. Esse novo estágio de interação é verificado na confiança ao Brasil da posição de interlocutor e mediador nos conflitos da América do Sul.





## **7. Agora falando um pouco sobre sua experiência na docência e na coordenação do curso de relações internacionais da UFRGS. Qual é o papel das universidades na formação do estudante em RI e quais são as perspectivas do mercado de trabalho para o analista das relações internacionais?**

Na UFRGS, iniciamos em 2004 curso de graduação em Relações Internacionais. Eu lecionei política externa brasileira para todas as turmas, e também atuei em algumas outras disciplinas. Tanto na docência, como agora na coordenação do curso, acompanhei uma progressiva transformação que vem ocorrendo nas expectativas profissionais dos alunos. Inicialmente, havia muito mais ansiedade sobre as possibilidades profissionais, se haveria oportunidades de trabalho e assim por diante. Embora a ansiedade ainda persista (o que é normal, principalmente nos jovens), percebo que há um processo de amadurecimento sobre os limites e possibilidades da área de relações internacionais. A maioria dos nossos egressos está encontrando seus caminhos seja na diplomacia, na iniciativa privada, nos diversos órgãos públicos e na formação especializada em nível de mestrado e doutorado.

O Brasil, que vem ampliando sua presença econômica e diplomática no sistema internacional, precisa de profissionais especializados para interpretar, planejar, negociar, informar a realidade internacional, suas possibilidades e desafios. E esse constitui o papel da Universidade: produzir conhecimento crítico, autônomo, em articulação com a formação profissional especializada. Até bem pouco tempo atrás, às vezes um profissional de qualquer área, pelo fato de falar inglês, já era galgado à função de analista internacional em uma empresa. Hoje, as empresas tendem a ser mais exigentes. E têm percebido as qualidades do bacharel formado em relações internacionais.

Nos últimos anos, verificamos um crescimento vertiginoso da área de Relações Internacionais no Brasil, tanto em termos de graduação quanto de pós-graduação. Também se ampliaram a produção científica na forma de livros e revistas acadêmicas. Tudo isso gerou um otimismo muitas vezes exagerado sobre a área.

Eu penso que o binômio quantidade-qualidade vai fazer um novo giro nesta década, promovendo um salto qualitativo. Entre os principais desafios da área, eu diria que são: a construção de centros especializados em temáticas pouco exploradas, a articulação nacional e internacional dos centros de pesquisa existentes, a afirmação da ciência brasileira através do fortalecimento da pós-graduação, a descoberta da ciência produzida nos países austrais, a ampliação da capacidade crítica e do diálogo construtivo com as teorias importadas e, por fim, um trabalho de divulgação das potencialidades do profissional de relações internacionais e sua importância em vários campos da economia e da política internacional.